



PROCESSO TC nº 19.704/21

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, **Sra. Caroline Ferreira Agra**, concedendo Pensão por morte do servidor **Sr. Antônio Gutierre Rodenbusch**, matrícula nº 93.347-3, Administrador, lotado na Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana, tendo como beneficiária a **Sra. Aurenise Alves da Silva**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Aurenise Alves da Silva**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



1ª Câmara

Processo TC nº nº 19.704/21

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Aurenise Alves da Silva**

Servidor (a): **Antônio Gutierre Rodenbusch**

Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**

Gestor Responsável: **Caroline Ferreira Agra**

Procurador/Patrono: **Victor Assis de Oliveira Targino – OAB/PB nº 13.477 e
Carlos Eduardo dos Santos Farias – OAB/PB nº 12.230**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1317/2023

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 19.704/21**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor **Sr. Antônio Gutierre Rodenbusch**, matrícula nº 93.347-3, Administrador, lotado na Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana, tendo como beneficiária a **Sra. Aurenise Alves da Silva**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria Nº 314/2021], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 01 de junho de 2023.

Assinado 5 de Junho de 2023 às 09:41



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 2 de Junho de 2023 às 10:40



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 2 de Junho de 2023 às 10:44



Elvira Samara Pereira de Oliveira

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO